



IV Colóquio Internacional

A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores

7, 8 e 9 de junho de 2017

Universidade Federal de Pelotas - Pelotas - RS - Brasil



ENTRE O FUNCIONAL E O ORNAMENTAL: PRATARIA DOMÉSTICA EM ACERVOS DO PORTO NA SEGUNDA METADE DE OITOCENTOS

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
Doutor em História da Arte/Universidade Católica Portuguesa
gvsousa@porto.ucp.pt

Introdução

A ascensão de uma nova Burguesia na cidade do Porto, com a implantação do Liberalismo, numa primeira fase, e o triunfo da Regeneração, anos depois, traz consigo a necessidade de representação social nos interiores das novas habitações, que pululam numa urbe em renovação. Nesse espectro, a prataria cumpria tal função de um modo muito apropriado, na antiga tradição portuguesa da “Prata da Casa”, agora entendida de uma forma algo diferente, à luz dos novos valores oitocentistas.

Na segunda metade do século XIX, o Porto encontrava-se especialmente apetrechado de estabelecimentos de ourivesaria, com a multiplicação de casas comerciais, não apenas na Rua das Flores, mas noutros arruamentos, como a Rua de Santo António e a do Loureiro. Tratava-se do triunfo da loja, à qual se afluía em visita com ritmos e comportamentos próprios de uma nova sociedade, face à tradicional oficina, mais esconsa e progressivamente remetida para as zonas limítrofes da cidade. Tal possibilitou a expansão do consumo argênteo, facto de que beneficiou não apenas a urbe portuense como as localidades do Norte e Centro do País, cujas elites aproveitavam a estância na Cidade Invicta para adquirir os objectos argênteos de que se rodeavam nas suas casas.

Neste cenário, a prataria doméstica cumpria uma dupla funcionalidade, ou seja, intervinha nos rituais utilitários do quotidiano ou de momentos de maior relevo social, quando os proprietários recebiam visitas ou organizavam festas em suas casas, mas desempenhava, também, uma missão decorativa, em que as peças poderiam enriquecer os programas

ornamentais da habitação, designadamente os salões, a sala de jantar, a sala de fumo ou os próprios quartos de dormir.

O Porto de Oitocentos, uma cidade de ourives

A tradição argêntea portuense remonta à Idade Média (CRUZ, 1984, 24-30), revelando uma produção contínua até ao século XXI. Na centúria de Setecentos, uma igreja em plena efervescência de remodelações arquitectónicas e ornamentais, nomeadamente das alfaias, possibilitou a execução de peças de acordo com gramáticas decorativas em que sucederam o Barroco, o Rococó e o Neoclássico. O mesmo decorreu com as elites civis, numa centúria plena de valores de representação, em que a “Prata da Casa” emergia como um dos conceitos relevantes, constituindo os objectos argênteos um dos veículos primordiais de expressão de estatuto social.

Este caldeamento artístico beneficiou a formação, na urbe portuense, de um corpus de ourives sólido, identificado com as mais modernas vertentes estéticas, designadamente as provenientes da influência de Inglaterra – sobretudo durante o Rococó e o Neoclássico. A colónia inglesa na cidade, a afluência de peças de casquinha e de prata inglesas (fig. 1), bem como os permanentes contactos comerciais, favoreciam esta viagem dos exemplares, das gravuras e de outros meios de comunicação artística. Era este o cenário no universo da ourivesaria argêntea aquando da entrada na centúria de Oitocentos (SOUSA, 2004).

A esta data, o número de ourives da prata era significativo, não se circunscrevendo às freguesias de São Nicolau e da Sé, mas alargando-se para a de Santo Ildefonso, nomeadamente na parte alta da cidade, numa movimentação para a zona oriental do Porto, facto que se foi acentuando ao longo de Oitocentos. A freguesia do Bonfim será, na segunda metade do século XIX, um verdadeiro alfobre da ourivesaria portuense.

Aludamos brevemente a alguns estabelecimentos comerciais de ourivesaria de referência da cidade:

a) Viúva Moreira Filho (fig. 2)

Criada na primeira metade do século XIX, situava-se na Rua das Flores, n.os 159-161. Pelas mais diversas facturas existentes, vendia exemplares de prataria civil e religiosa.

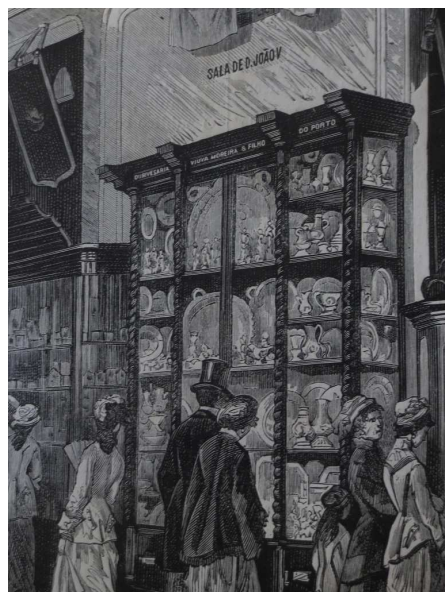


Fig. 2 – Pormenor da vitrina da casa Viúva Moreira & Filho, na Exposição do Rio de Janeiro de 1879 (Ocidente, 01.11.1879).

b) Mourão & Irmão

Esta casa, situada na Rua das Flores, n.os 89-93, pertenceu a dois filhos do ourives do ouro José António Mourão (1792-1856), de seus nomes José António Mourão Júnior e Joaquim António Mourão, e teve uma grande relevância no comércio de ourivesaria, em especial de peças de joalheria (SOUSA, 2011; SOUSA & RESENDE, 2012, 125-127; 132).

individual dos ourives, mas que também proporcionasse um aumento da produção, através de uma mais rigorosa divisão de tarefas e, também, pela introdução de maquinaria especializada” (CORDEIRO, 2012, 323).

c) Leitão & Irmão (fig. 3)

Esta sociedade, constituída pelos irmãos Narciso e Olindo Leitão, teve origem na actividade do pai, o ourives do ouro José Pinto Leitão, continuada, após a sua morte, pela sociedade Viúva Leitão, situada na Rua das Flores. Possuía estabelecimentos comerciais na Rua Garrett, n.os 136-138, em Lisboa, e na Praça D. Pedro, n.os 42-44. Alcançou, pela qualidade das suas obras e pela importância da sua clientela, um lugar cimeiro na ourivesaria nacional. A sua relevância encontra-se melhor percebida na capital (PINTO, 2014) do que na Cidade Invicta.



Fig. 3 – Factura-recibo da casa Leitão & Irmão, com estabelecimentos em Lisboa e no Porto, referente a peças adquiridas e a conserto efectuado ao marquês da Foz (1894). Col. Particular.

d) José Rosas

A casa de José Aires da Silva Rosas (1849-1923) tem origem no estabelecimento de seu sogro, o importante ourives, ensaiador e contraste do ouro Vicente Manuel de Moura (SOUSA, 2012a, 11-41; SOUSA, 2012b), com cuja filha, D. Maria da Glória, se casou. Oriundo de Carrazeda de Ansiães, José Aires da Silva Rosas continuou a actividade do sogro, ocupando um lugar importante na produção de peças de ourivesaria, designadamente de prataria. A sua relevância foi crescendo ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo como fornecedor das elites tradicionais.

e) Casa Reis (fig. 4)

Em pouco tempo este estabelecimento de ourivesaria, fundado por António Reis na segunda metade do século XIX, tomou a liderança do espectro da comercialização deste sector do Porto, através de uma localização privilegiada na esquina da Rua de Santa Catarina com a

então Rua de Santo António. De montras renovadas (CARDOSO, 1984), seguindo as modernas linhas importadas da Europa, teve entre a sua clientela muitas das famílias da burguesia emergente da cidade.

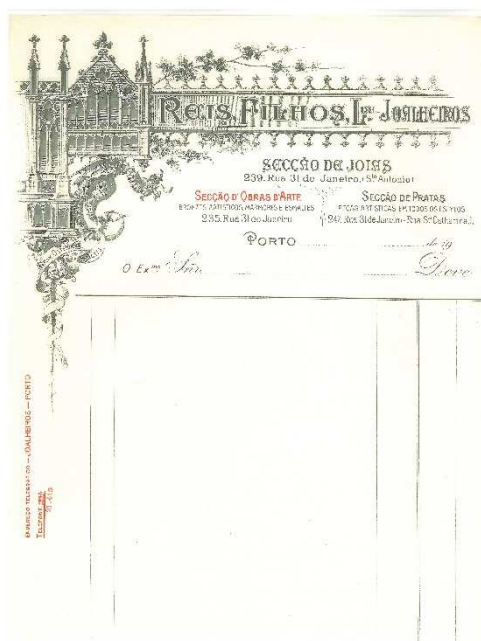


Fig. 4 – Factura virgem da Casa Reis, 1.ª metade do séc. XX. Col. Particular.

f) José Rodrigues Teixeira

Este ourives ocupou os ofícios de ensaiador e contraste da prata do Porto, tendo sido responsável por um número significativo de alfaias religiosas. A publicidade contida nos seus documentos gráficos aludia à comercialização, igualmente, de objectos civis, como “Colheres, garfos, escrivaninhas, bugias, salvas, paliteiros, caixas, serviços e castiças, jarros e bacias, serpentinas, copos e tudo o mais pertencente ao serviço de casa” (SOUSA, 2009, fig. 236).

Considerações sobre a execução e uso de peças de prataria no Portugal oitocentista

Os manuais de civildade determinavam, de forma genérica ou mais específica, as regras a aplicar na condução dos comportamentos e práticas sociais. Inseridas nas recomendações específicas, aludiam ao uso de determinados objectos, aconselhando a sua utilização e

disposição. O mais importante livro (fig. 5) de etiqueta de meados de Oitocentos publicado em Portugal, “Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIX.º século” (ROQUETTE, 1859), não constitui excepção, apresentando em diversas das suas passagens referências ao uso da prataria doméstica.

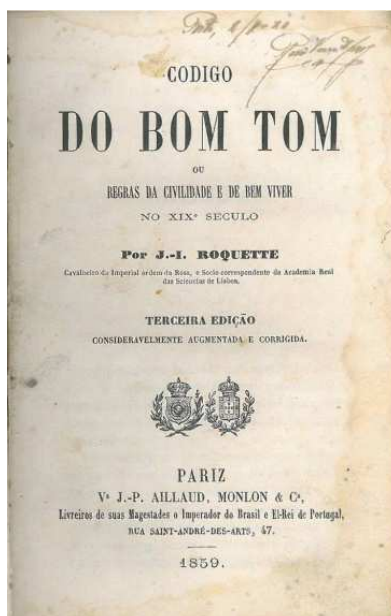


Fig. 5 – Fac-símile do frontispício do livro Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIX.º século, por J.-I. Roquette, 1859.

Tais indicações, de que damos aqui alguns exemplos, são mais pertinentes na sala de jantar, correspondendo ao item da obra “Modo de Pôr a Mesa”, o que, de facto, corresponde aos vestígios argênteos que chegaram em maior quantidade até aos dias de hoje:

“(…) Devem haver aparadores cobertos de toalhas grandes, proporcionados ao numero dos convidados. Num pôr-se-ha a louça, os pãezinhos de sobrecellente, a prata (...)” (ROQUETTE, 1859, 104);

“Os grandes pratos ou travessas que contêm os guizados com molhos devem ser postos em cima de rescaldeiros (...) de prata ou casquinha aquecidos com um coto de vela, os quaes devem estar proximos uns dos outros. A não ser que no meio da mesa haja grande salva, a que os Francezes chamao plateau” (ROQUETTE, 1859, 105);

“A disposição das luzes deve concordar com o gracioso arranjo dos pratos, da baixella, dos cristaes, e muitas vezes das flores; porém é muito para desejar que no centro da mesa haja um lustre ou lâmpada suspensa. Os castiçais, as serpentinas ficão mui bem nas extremidades.” (ROQUETTE, 1859, 106)².

² Nesta passagem, contudo, não especifica o material dos objectos.

Numa tabela de preços do ensaiador municipal da prata do Porto, datada da década de 60 de 1800, encontram-se fixadas as taxas a aplicar ao ensaio de diversas peças de prataria religiosa e civil, estas designadas como de “ornamento de casa”, e que, em princípio, seriam as efectivamente realizadas na comarca. Observamos como se encontram presentes os exemplares de mesa e serviço de bebidas, de escrita, iluminação, ou outras funções domésticas, acompanhadas por mais tipologias, estas relacionadas com o ornamento do traje masculino, como talabartes ou talins, e, também, elementos argênteos destinados aos cavalos, como testeiras, freios e estribos (SOUSA, 2015, 359-361). Estas últimas acompanhavam o esforço de dignificação da representatividade das elites, seja em cerimónias, seja na saída à rua, onde ver e ser visto continuava a constituir, em Oitocentos, uma dimensão muito relevante das suas práticas comportamentais.

Os estabelecimentos comerciais disponibilizavam toda uma produção argêntea de diferente dimensão destinada a todos estes usos. Nessa perspectiva, realizavam-se objectos de mesa, como terrinas, travessas, faqueiros ou pequenos adornos, entre as quais alcançaram uma certa expressão os paliteiros (SOUSA, 1999). A eles se vinham juntar peças ou conjuntos formando serviços do chá e do café, especialmente relevantes com a prática social de receber visitas e o cerimonial envolvente, acompanhados ou não de tabuleiros de grandes dimensões. Os exemplares de iluminação ocupavam um papel importante no contexto doméstico – tanto para fins utilitários como para decoração –, com as serpentinas ou candelabros, os castiçais e, agora, as palmatórias, a que se juntavam as espevitadeiras com suas travessas.

Os proprietários envolviam-se com a prataria realizadas através da presença dos seus elementos heráldicos – representações completas ou apenas coronéis e timbres – e, também, dos monogramas, especialmente evidentes desde finais de Setecentos. No acervo do 1.º barão de Ancede, José Henriques Soares (1853), o avaliador, Luís António Rodrigues de Araújo, indica em diversos objectos a existência de monogramas e elementos heráldicos, nomeadamente em peças de serviço de bebidas, de tabuleiro – a peça mais valiosa – e salvas (SOUSA, 2009, 271-273).

Uma peça insólita e icónica que trespassou todo o século XIX foi o paliteiro (fig. 6), alvo de um grande apreço em Portugal, mas também no Império do Brasil. Estes objectos entretinham o olhar dos convivas à mesa, com as suas figuras variadas, umas históricas, outras alegóricas, umas mais divertidas, outras mais austeras, algumas procurando inspiração em pormenores de fauna e flora, outras na valorização da história, do usos e costumes dos povos,

elementos tão apreciados em Oitocentos. O seu uso generalizou-se de Norte a Sul de Portugal, e no Brasil teve, igualmente, um grande impacto. Nas investigações nos inventários post mortem da primeira metade do século XIX que realizámos no Brasil encontramos a presença de paliteiros, designadamente na Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais. No entanto, em terras de Vera Cruz (FRANCESCHI, 1988, 54; 199), o principal centro produtor foi o Rio de Janeiro sendo que a forma de trabalhar a prata e a dimensão técnica dos exemplares – tal como noutras tipologias do período do Brasil Império – se mostra muito distinta da que ocorria entre os ourives portugueses de Oitocentos.



Fig. 6 – Paliteiro de prata com a figura de Neptuno; marca do ensaiador municipal do Porto Caetano Rodrigues de Araújo (MA, variante de P-46) e marca do ourives MJG, não identificado (MA,P-477), 1855-1861 Fotografia do Autor. Col. Particular.

Os usos da sociedade oitocentista reforçaram as recepções para o convívio social e o receber para tomar chá constituiu um hábito com natural tradução no consumo de prataria. Difícil seria, na prática, que uma família das elites, tradicionais ou mais recentes, não possuísse um serviço de chá, ou por vezes vários – ou então, as suas peças isoladamente –, acompanhado de colheres, por vezes em conjuntos mais alargados, para 24 ou 36 pessoas. O “tomar chá” perdurou como uma das marcas mais duradouras de sociabilidade de Oitocentos, sinal de

refinamento de gestos e atitudes, e demonstração de que os seus praticantes se envolviam com os costumes das elites possidentes. Esta verdadeira instituição da sociabilidade oitocentista, o serviço de prata de chá e café (fig. 7) era composto por bule, por vezes até dois, a sua cafeteira, leiteira, açucareiro, taça de lavar xícaras – vulgarmente conhecida por taça de pingos –, podendo alargar-se para outras tipologias, como a urna, nome que recebia a tipologia que mais recentemente vimos designando como samovar, e que servia para conter a água suficiente para dar vazão a uma quantidade significativa de convivas. A isto se vinham juntar, se bem que não pretendamos aqui desenvolver este assunto, as porcelanas chinesas, francesas, portuguesas ou os serviços de pó de pedra ingleses, que se encontravam entre os acervos portuenses de Oitocentos e que eram utilizadas de acordo com as circunstâncias e a relevância da ocasião.



Fig. 7 – Serviço de chá e café, Porto, Companhia Aurifícia, c. 1877-1881 (Leiloeira Palácio do Correio Velho).

Os talheres (fig. 8) alcançaram, igualmente, em Oitocentos, uma expansão e diversificação de modelos, menos requintados, em alguns casos, que os exemplares setecentistas, mas agora executados em maior quantidade. O Porto, Lisboa e Guimarães, ao que nos é dado verificar através do que chegou à actualidade, mostram-se os principais centros produtores. Os modelos replicam a influência neoclássica na primeira metade da centúria, enquanto na segunda parte do século as matrizes ornamentais adensam-se em termos de quantidade e variedade de soluções ornamentais.



Fig. 8 – Talheres (garfo, colher e faca) com cabo decorado com o modelo de concha, marca do ensaiador do Porto Pedro José Ferreira (MA-P-28) e marca do ourives JPC, não identificado (MA, P-346), 1839-1843. Fotografia do Autor. Col. Particular.

Uma tipologia que marcou indelevelmente a prataria portuguesa desde Quatrocentos foi a das salvas que, ao longo de mais de quinhentos anos, e sob diversos formatos e características estéticas, abundou entre os acervos das elites portuguesas. No século XIX, existiam em geral nos ditos espólios salvas de pés, tipologia que havia sido criada em Setecentos e que, nascendo para servir copos de bebidas a convidados ou pessoas da casa, cremos ter sido em Oitocentos que passou a ser usada para entregar correio ou bilhetes, daí que tenha passado, para o vulgo, a ser conhecida como bilheteira.

Na iluminação, os candelabros e os castiçais, a par com as arandelas amovíveis, as bugias e as espevitadeiras e travessas, constituíram algumas das principais tipologias de exemplares relacionadas com este aspecto fundamental do quotidiano, e que as elites procuraram sempre revestir com a dignidade que a execução argêntea representava. Em termos de aparato, diversos candelabros executados no Porto assumiram grandes dimensões (SOUSA, 1998, 236-239; SOUSA, 2001, 212-213). Nos castiçais (fig. 9), a variedade de modelos assumiu-se como um dos vectores mais curiosos da produção da prata portuense, desde o semblante marcadamente neoclássico dos objectos de início de Oitocentos, até aos castiçais mais estilizados, posteriores, verificando-se a sua modificação à medida que se avançou pelo

segundo e último terço do século. Apesar de não existirem estudos tipológicos concretos, é importante assinalar a vastidão da produção existente em acervos privados e da igreja (p. ex. SOUSA, 2013), com qualidade estética e de execução variável, mas, mesmo assim, demonstrando quão importante se revestiu o investimento nestas peças.



Fig. 9 – Par de castiçais de prata com marca do ensaiador do Porto Caetano Rodrigues de Araújo (MA, P-46) e punção de ourives atribuível a José Marques Guedes (MA, P-403), 1855-1861. Fotografia do Autor. Col. Particular.

No domínio da escrita, imponentes escrivainhas ajudavam a cumprir os rituais associados, ocupando a correspondência um papel de destaque no quotidiano familiar e não só, e pontificando nos escritórios como elemento de reforço da representatividade social relacionada. E mais tipologias haveria a referenciar, inseridas na dinâmica doméstica, envolvendo-se de um modo mais ou menos directo na criação de cenários, tão ao gosto da segunda metade de Oitocentos, como sucede com as jarras (quadro VI).

Entre o funcional e o ornamental, a prataria doméstica representou, por parte das elites portuguesas, um investimento económico expressivo. Nos interiores das residências

oitocentistas, algumas das peças argêntas situavam-se em ambos os planos, e, mais do que uma forma de expressão de estatuto, a sua aquisição significou uma interpretação dos valores sociais e comportamentais de Oitocentos, que continuaram a valorizar a presença da prata na construção de um refinamento do quotidiano.

As casas das elites e a prataria: alguns exemplos na cidade do Porto

Após o triunfo do regime liberal, o universo da construção da habitação reflectiu uma nova ordem social na cidade do Porto, urbe em que as elites tradicionais, apesar de continuar vigente a sua relevância social e, em alguns casos, também política, se viram progressivamente relegadas de um estatuto efectivo, condicente com o seu nascimento.

Este contexto particular veio, contudo, promover a ascensão de novas personalidades e famílias, que encontraram espaços de oportunidade na vida política, económica e social da cidade. Este movimento possui tradução na realidade urbanística do Porto, com a expansão nas zonas ocidental e oriental (PINTO, 2007), bem como a construção de novos palacetes e casas onde residam estas figuras, muitas delas com fortuna realizada no então Império do Brasil (PEIXOTO, 2013).

Encontram-se ainda por fazer, na sua grande maioria, o levantamento e o estudo referentes à decoração móvel (AZEVEDO, 2007) dentro destas residências portuenses³, conquanto sobre as artes integradas se esteja progressivamente a divulgar os resultados de algumas pesquisas efectuadas.

Entre móveis, têxteis, porcelanas e outras louças, relógios, peças de metais não preciosos e uma panóplia diversificada de objectos decorativos, por vezes em materiais diversos, tão costumeiros na centúria de Oitocentos, encontramos as peças de prataria, referência cultural indissociável das elites portuguesas até ao século XX.

³ No IV Congresso Internacional “A Casa Nobre: Um Património para o Futuro”, que teve lugar nos Arcos de Valdevez de 27 a 29 de Novembro de 2014, apresentámos um trabalho intitulado *Decorar, recheiar e sociabilizar nas casas das elites do Porto: 1850-1925*, que oportunamente daremos à estampa, e no qual analisámos os recheios da casa da Trindade, da família do Dr. José Joaquim da Costa Lima (1826-1910), e da Quinta do Monte, na Foz do Douro, propriedade de D. Maria Leopoldina de Brito Andresen (1834-1903), ambos os estudos de caso referentes a espólios inventariados no início do século XX, o primeiro referente a uma habitação urbana, o outro a uma propriedade dos então arrabaldes portuenses.

Entre os avaliadores que elencámos nos quadros em apêndice desfiam os nomes dos contrastes Caetano Rodrigues de Araújo e José Rodrigues Teixeira, o contraste-substituto Guilherme Guedes de Mansilha, bem como, mais tardiamente, o contraste honorário da Casa Real, José Aniceto Pinto Monteiro⁴. Tudo nomes incontornáveis da realidade da ourivesaria portuense da segunda metade de Oitocentos, prolongando-se, designadamente o último, até aos primeiros tempos do século XX.

As áreas temáticas que indiciam maior quantidade argêntea dentro das habitações analisadas – se bem que tal conclusão se possa generalizar – são, em primeiro lugar, os objectos de mesa e de serviço de bebidas, seguidos das peças destinadas à iluminação. A percepção desta realidade surge também consubstanciada pela observação da natureza das peças chegadas à actualidade, que se inserem nestas tipologias (SOUSA, 1998).

De entre as tipologias presentes em maior quantidade e diversidade encontram-se os talheres; não havia casa de elite oitocentista que não possuísse estes instrumentos alimentares argênteos, continuando uma prática que vinha já desde Setecentos, se bem que aí não tivesse alcançado uma tão prolífica disseminação. Nos quadros que apresentamos em apêndice a este estudo, todos exibem talheres, o mesmo sucedendo noutros casos que fomos estudando ao longo dos anos. Os modelos eram vários, sendo por vezes registados os seus feitios, como os filetes ou lisos com filetes (quadro I), canas (quadro II), conchas (quadro III) e canas antigas (quadros III e V). A base, apenas constituída pelas tipologias das facas, garfos e colheres até à primeira metade do século XVIII, há muito havia sido ultrapassada, surgindo agora também listados trinchadores [facas e espetos de trincar], tenazes, conchas de sopa, colheres de arroz, espátulas de peixe, colheres de chá, conchas de açúcar e de molho, enfim.

No caso do inventário de D. Amélia Tasso de Sousa (quadro VII), além do faqueiro para vinte e quatro pessoas, havia um outro para dezer [dessert] ou sobremesa, formado por igual número de colheres. Um toque de distinção, que fazia a diferença, informando-nos, também, das práticas de receber em casa, sendo necessário uma quantidade suficiente de talheres para um número alargado de convivas.

Os serviços de chá e café ou as suas peças isoladas encontram-se listados nos diversos inventários abaixo sistematizados⁵, com descrições habitualmente genéricas quanto ao feitio,

⁴ Será este também a avaliar as peças de António Bernardo Ferreira III (SOUSA, 2009, 247).

⁵ Se bem que no de João Pinto Pizarro Portocarrero (quadro IV) não existam bule e cafeteira, limitando-se a leiteira e açucareiro. Existem, contudo, numerosas colheres de chá.

apenas com referência, por exemplo, a “antigo”, “lavrado”, “lisa” ou “filetes em volta”. Constituem exceção quanto à exiguidade descritiva, os exemplares do acervo de Manuel Joaquim de Sousa Ribeiro e de sua mulher (quadro I), com a indicação de motivos de “lavrado de caninhas, e contas, e abertos ao buril”. O acervo de Bernardo Pereira Leitão (fig. 10) possui, ainda, três caixas para chá, valoradas em 37\$248 réis (quadro III).



Fig. 10 – Retrato a óleo de Bernardo Pereira Leitão, por Augusto Roquemont, meados do séc. XIX. Col. da Casa de Casal de Loivos.

Em relação aos paliteiros, a sua presença em inventários portuenses (quadros II, IV, V, VI e VII), se bem que sem descrições minuciosas, permite observar algumas das tipologias existentes, nomeadamente o Neptuno, o ramo, as folhas e peras, o copo pé e salva, ou seja, uma diversidade que corresponde a muitos dos motivos (OREY, 1994) dos exemplares chegados aos dias de hoje. Outras vezes a identificação é genérica, pois sendo apenas um não havia necessidade de especificar o exemplar e de o destrinçar do(s) restante(s).

As salvas correspondem, talvez, à tipologia mais comum em Portugal desde o século XV, pelo que se encontram listados em todos os acervos referenciados. Os pormenores ornamentais, conquanto nem sempre especificados, apontam para a matriz neoclássica, com os perlados – descritos como pérolas –, ou a menção a decoração incisa, através dos termos gravados ou abertos a buril. É perceptível, igualmente, a presença da gradinha, típica de

Oitocentos, ao redor de diversas peças, e uma referência ocasional ao tamanho ou à diferença do mesmo entre exemplares de um determinado acervo (quadro I).

Outra tipologia abundantemente figurada nos espólios portuenses identificados é a dos objectos de iluminação, com preponderância natural para os castiçais. A matriz decorativa é perceptível através da menção das contas e das caninhas (quadro I), dos fios torcidos, da figura com pés de cabra (quadro II) ou ainda da presença de rosas, numa evidência do gosto do 1.º Romantismo (quadro II), em que a matriz vegetalista invade as decorações da prataria portuguesa. Nos dois últimos acervos sistematizados em quadros (VI e VII), o do capitalista da Rua de Santa Catarina, Francisco Antunes de Brito Carneiro, e o de D. Amélia Tasso de Sousa, destacam-se as serpentinas, havendo-as com marca do Porto, de seis e oito lumes, respectivamente.

Surge elencado, igualmente, um conjunto de outros objectos menos representativos, existentes isoladamente em certos acervos, podendo o levantamento progressivo de novos espólios indicar outras tipologias, relacionáveis com gostos particulares dos seus proprietários ou dos respectivos percursos biográficos, ou talvez do dos seus antepassados. Um deles é o do mencionado Francisco Antunes de Brito Carneiro, com espólio avaliado em 1887 (quadro VI), o outro refere-se à já mencionada D. Amélia Tasso de Sousa, do mesmo ano, com algumas especificidades de peças, designadamente, neste último, “Um par de jarras de louça de cor ou vidro com o pé de prata lavrada” (quadro VII).

Ocasionalmente, aquando da existência de oratórios no interior da habitação, surgem listadas algumas alfaias litúrgicas, se bem que apenas as principais, designadamente o cálice, a patena e a colherinha. Tal sucede entre as pratas avaliadas em 1855 e que faziam parte do acervo de Manuel Joaquim Sousa Ribeiro, viúvo de D. Ana Joaquina de Sousa Ribeiro, moradores na Praça de Santa Teresa, freguesia da Vitória (Porto). Aquando da sua morte (1907), António Bernardo Ferreira III (fig. 11), possuía uma maior quantidade de objectos litúrgicos, no seu palacete da Trindade, mas o espaço religioso, nesta residência, alcançava uma certa dimensão, proporcional ao número de peças. Assim, existiam um cálice, um lampadário, galhetas com prato, bem como uma caldeirinha e hissope (SOUSA, 2009, 257-258).

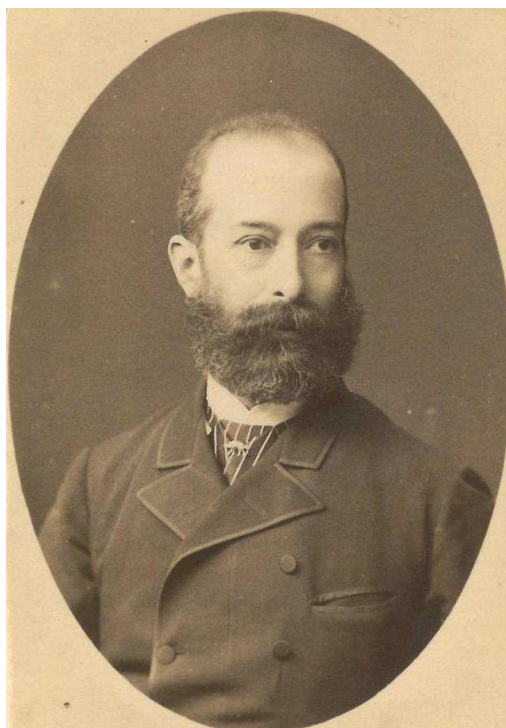


Fig. 11 – Fotografia de António Bernardo Ferreira III, da casa Emilio Biel, Porto. Col. Particular.

Considerações finais

Em Portugal, a tradição da realização e uso de prataria civil e religiosa remonta, numa linha de continuidade evolutiva, à época medieval. Neste contexto, a cidade do Porto assumiu um papel fundamental, permitindo que viesse a ocupar, a partir de meados de Oitocentos, a primazia enquanto centro produtor de objectos argênteos.

O século XIX representou um período de grande produção, tanto de peças de prata religiosa como civil. Detivemo-nos na percepção da relevância desta última, sobretudo nas mais relevantes tipologias executadas no período em consideração, fundamentalmente relacionadas com os usos da mesa e o serviço de bebidas. Estes domínios, associados à iluminação, constituem as principais funcionalidades em que se concentrou a produção de exemplares argênteos durante esta centúria.

Na cidade do Porto e tomando em consideração alguns inventários de personalidades das elites locais, apresentados em apêndice, a que acrescem elementos retirados de outros acervos já estudados, pudemos perceber a presença dos talheres de distintos modelos, de serviços de chá e café, bem como de peças soltas para o mesmo fim, a que se vinham juntar

candelabros, castiçais e, também, salvas e tabuleiros, permitindo identificar as tipologias com presença mais habitual nos espólios portuenses da segunda metade de Oitocentos.

Neste sentido, a prata, materializada em objectos utilitários e de ornamentação, continuou, na segunda metade de Oitocentos, a cumprir determinadas funções de representação social nos interiores domésticos das elites portuguesas, designadamente das da urbe portuense, alimentando um próspero comércio de ourivesaria e possibilitando a efervescência económica deste sector na Cidade Invicta.

Referências

AZEVEDO, Joana Feyo de. Mobiliário no Porto nos séculos XIX e XX, nos inventários orfanológicos. **Revista de Artes Decorativas**, Porto, v. 1, p. 273-367, 2007.

CARDOSO, António. Génese e morfologia das fachadas das ourivesarias e joalharias do Porto. In: **Ourivesaria do Norte de Portugal**. ARPPA; AIORN: Porto, 1984, p. 197-222.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. A “Companhia Aurifícia”, uma jóia da indústria portuense. In: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. **Actas do I Congresso O Porto Romântico**. UCE-Porto; CITAR: Porto, 2012, vol. 2, p. 322-335.

CRUZ, António. História breve da ourivesaria e dos ourives no Norte de Portugal. In: **Ourivesaria do Norte de Portugal**. ARPPA; AIORN: Porto, 1984, p. 13-56.

FRANCESCHI, Humberto M. **O ofício da prata no Brasil**: Rio de Janeiro. Studio HMF: Rio de Janeiro, 1988.

OREY, Leonor d'. L'orfèvrerie civile au Portugal, dans da première moitié du XIX^e siècle. In: ARMINJON, Catherine, dir. **L'orfèvrerie au XIX.^e siècle**. La Documentation Française, Paris, 1994, p. 259-263.

PEIXOTO, Paula Torres. **Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930)**: do estereótipo à realidade. Afrontamento: Porto, 2013.

PINTO, Jorge Ricardo. **O Porto Oriental no final do século XIX**: um retrato urbano (1875-1900). Afrontamento: Porto, 2007.

PINTO, Lurdes Maria Neves Marques. **A Leitão & Irmão (1877-1897) e as joias da Família Real portuguesa**. Dissertação de Mestrado (História – História Moderna e Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

ROQUETTE, J-I. **Código do Bom Tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIX.^o século**. Viúva J.-P- Aillaud, Monlon, & C.^a: Paris, 1859.

SOUSA, Ana Cristina Correia de; RESENDE., Nuno. Os Brilhantes do Brasileiro: Uma visita à família dos ourives Mourão. In: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. **Actas do I Congresso do Porto Romântico**. UCE-Porto; CITAR: Porto, 2012, vol. 1, p. 121-140.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **Pratas portuguesas em colecções particulares: século XV ao século XX**. Civilização Editora: Porto, 1998.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **A colecção de paliteiros de prata do Club Portuense**. Club Portuense: Porto, 1999.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **Pratas em colecções do Douro**. Bienal da Prata de Lamego; Lello Editores: Porto, 2001.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. Ourives da prata de Coimbra, Viseu e Lamego: notas para o seu estudo na segunda metade do século XVIII. **Cadernos do Noroeste**, Braga, n. 20 (1-2), p. 97-106, 2003.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: História e sociabilidade (1750-1810)**. Ed. Autor: Porto, 2004.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **Arte e sociabilidade no Porto Romântico**. CITAR: Porto, 2009.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **O livro de desenhos de jóias de José António Mourão (1792-1856), da Rua das Flores, no Porto**. UCE-Porto; CIONP; CITAR: Porto, 2011.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)**. UCE-Porto; CIONP; CITAR: Porto, 2012.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **Tesouros privados: a joalheria na região do Porto (1865-1879)**. UCE-Porto; CIONP; CITAR: Porto, 2012.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. **Arte e devoção: a ourivesaria nas colecções da Misericórdia do Porto**. Santa Casa da Misericórdia do Porto: Porto, 2013.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. A investigação dos objectos móveis no atual panorama historiográfico luso-brasileiro: reflexões e breves estudos de caso. In MALTA, Marize; PESSOA, Ana, org. **Anais do II Colóquio Internacional Casa senhorial: anatomia dos interiores**. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2015, p. 359-361. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/anais_II_Coloquio_Casa_Senhorial.pdf>. Acesso em: 25.06.2017.

Apêndices

Quadro I

Avaliação das peças de prata de Manuel Joaquim Sousa Ribeiro, viúvo de D. Ana Joaquina de Sousa Ribeiro, sendo morador na Praça de Santa Teresa, freguesia da Vitória (Porto), efectuada por Caetano Rodrigues de Araújo, contraste na cidade do Porto e seu distrito

Data: 02.06.1855

Descrição	Peso	Valor (rs.)
Dois pares de castiçais, com lavrado de caninhas	8 marcos, 2 onças e 5 ½ oitavas, prata de lei	53\$350
Um dito mais pequenos, lavrados de caninhas e contas	3 marcos e 4 ½ oitavas, prata de Lei	19\$650
Uma cafeteira, toda lisa, com filetes em volta	3 marcos, 2 onças e 2 ½ oitavas, prata de lei	21\$050
Um açucareiro, com lavrado de caninhas, e contas, e abertos ao buril	2 marcos, 2 onças 5 ½ oitavas, prata de Lei	14\$950
Uma leiteira com lavrados de caninhas e contas e abertos ao buril	1 marco, 4 onças e 4 ½ oitavas, prata de lei	10\$050
Uma tigela com lavrado de caninhas	1 marco, 7 onças e 1 oitava, prata de lei	12\$100 [f. 277-277v.]
Uma salva com lavrado de contas e abertos ao buril no fundo	2 marcos, 2 onças e 7 oitavas, prata de lei	15\$100
Uma salva, mais pequena, toda lisa	1 marco, 2 oitavas, prata de toque de 10 dinheiro e 18 grãos	6\$865
Doze colheres de sopa, lisas, com filete em volta	3 marcos e 4 ½ oitavas, prata de lei	19\$650
Doze colheres de chá e uma de açúcar, lisas, com filete em volta	1 marco, 1 oitava, é prata de lei	6\$500
Uma colher de terrina, lisa, com filete em volta	6 onças e 4 oitavas; prata de lei	5\$200
Uma colher de arroz, lisa, com filete em volta	3 onças e 6 oitavas, prata de lei	3\$000
Doze garfos, lisos, com filetes no cabo	3 marcos, 5 onças e 7 oitavas, prata de lei	23\$900
Doze cabos de facas, lisos, com filetes	2 marcos e 5 onças; prata de lei	16\$800
Dois cabos de trinchador, lisos, com filetes*	3 onças e 6 oitavas, prata de lei	3\$000 [f. 278]
Uma copa de um cálice, uma patena e colher, todas estas peças douradas	6 onças e 4 ½ oitavas, prata de lei	5\$250

	Total	236\$415
--	-------	----------

* “Declaro que o pêzo dos cabos de facas, e trinchadôr, foi calculado, um pouco mais ou menos, por hum de cada hum que se desembatumou”. Fonte: A.D.P., Inventários Orfanológicos, cota: JUD-TCPRT, Maço 197, n.º 530, f. 277-278.

Quadro II

Avaliação das peças de prata de Joaquim Gomes Rodrigues e de mulher, D. Angélica Augusta Carneiro Rodrigues, moradores no Largo Coronel Pacheco, freguesia de Cedofeita (Porto), efectuada por José Rodrigues Teixeira, contraste da prata

Data: 09.05.1878

Descrição	Peso (g)	Valor (rs.)
Um açucareiro e tampa lavrado	628	17\$584
Leiteira	600	16\$800
Bule	1180	33\$040
Tigela	510	14\$280
Paliteiro de ramo	125	3\$500
Colher de arroz feitio canas	144	4\$032
Dita de terrina feitio canas	167	4\$676
Doze ditas para sopa feitio canas	597	16\$716
Doze ditas para o chá feitio canas	238	6\$664
Um par de castiçais figura com pés de cabra	1020	28\$560
Um dito de vaza de fios torcidos	1150	32\$200
Um dito lavrado de rosas	560	15\$680
Uma salva de grade de fundo aberto	920	25\$760
	Total	219\$492

Fonte: A.D.P., Inventários Orfanológicos, cota: JUD-TCPRT, Maço 0001-00001, f. 71.

Quadro III

Avaliação das peças de prata de Bernardo Pereira Leitão, morador no Passeio Alegre, n.º 234, S. João da Foz do Douro (Porto), efectuada por Guilherme Guedes de Mansilha, contraste-substituto da prata

Data: 14.12.1880

Descrição	Peso (g)	Valor (rs.)
Dois pares de castiçais meias canas	1200	33\$600
Dezoito colheres de mesa de conchas	1425	39\$900
Vinte e quatro garfos d'arte ditos	1560	43\$680
Uma colher de terrina gravada	185 (30 rs.)	5\$550
Quatro ditas de mesa diferentes	245 (27 rs.)	6\$615
Um açucareiro com tampa	434	12\$152
Uma leiteira redonda	236	6\$608
Uma tigela dita	334	9\$352
Uma salva de continhas à beira	338	9\$464
Uma salva de continhas	374	10\$472
Uma tenaz de canas antigas	56	1\$568
Três caixas para chá	1116	37\$248
Uma cafeteira lavrada	920	25\$760
Um bule dito antigo	1040	29\$720
	Total	265\$089

Fonte: A.D.P., Inventários Orfanológicos, cota: JUD-TCPR/077/Maço 29-00070, f. 60.

Quadro IV

Avaliação das peças de prata de João Pinto Pizarro Portocarrero, morador na Rua da Bandeirinha, sendo inventariante sua viúva, D. Emília Cândida

Data: ca. 1885

Descrição	Peso (g)	Valor (rs.)
Uma colher de tirar açúcar	29	\$870
Doze colheres para chá	234	7\$020
Treze colheres de prata sendo para chá; e uma para açúcar	26[f. 126v.]2	7\$860
Um destorrador	55	1\$650
Uma leiteira	344	10\$320
Um açucareiro	426	12\$780
Um paliteiro de prata	87	2\$610
Uma colher de terrina de prata	240	7\$200 [f. 127]
Uma colher de prata para tirar arroz	121	3\$630
Seis colheres de mesa	316	9\$480
Doze colheres de prata para mesa	666	19\$980
Três garfos de prata para mesa	119	2\$856
Cinco garfos de prata	223	6\$690[f. 127v.]

Dezoito garfos de prata	1383	41\$490
Oito cabos de facas de prata	432	12\$960
Dois cabos de facas de prata	158	4\$740
Dezoito cabos de facas de prata	990	29\$700
Colher para peixes, de prata	162	4\$860 [f. 128]
Um galheteiro de prata	701	21\$030
Um fruteiro de prata	1750	52\$500
Uma salva de prata	1451	43\$530
Um par de castiçais de prata	473	14\$190
Um par de castiçais de prata	696 [f. 128v.]	20\$880
Um par de castiçais de prata	870	26\$100
Um tinteiro de prata	510	15\$300
	Total	

Fonte: A.D.P., Inventários Orfanológicos, cota: JUD-TCPR/077/Maço 75-00182, f. 126-128v.

Quadro V

Avaliação das peças de prata do Comendador António Fernandes Guimarães, viúvo de D. Rita Rosa de Castro Guimarães, e casado, segunda vez, com D. Felismina Rita Fernandes de Sousa Guimarães, moradores na Rua do Almada, freguesia da Vitória (Porto), efectuada por José Rodrigues Teixeira, contraste-substituto da prata

Data: 14.07.1885

Descrição	Peso (g)	Valor (rs.)
Um tabuleiro de grades	6372	178\$416
Uma salva de grade pequena	392	10\$976
Uma dita maior de grades	2130	59\$640
Um bule lavrado baixo	1250	35\$000
Uma cafeteira lavrada igual	1220	34\$160
Um açucareiro e tampa igual	710	19\$880
Uma leiteira igual	490	13\$720
Uma tigela igual	665	18\$620
Prato e espevitadeira lavrado	335	9\$380
Quatro castiçais vazas de fios	2250	63\$000
Vinte e quatro colheres de chá	500	14\$000
Seis colheres de mesa	280	5\$600
Seis garfos de cabo lisos	370	7\$400

Seis cabos de facas lisos	120	2\$400
Colher de molho canas antigas	110	2\$200
Colher de tirar açúcar de concha	35	\$980
Paliteiro de folhas e peras	190	5\$320
	Total	480\$692

Fonte: A.D.P., Inventários Orfanológicos, cota: JUD-TCPRT/Maço 98-00256, f. 81.

Quadro VI

Avaliação das peças de prataria de Francisco Antunes de Brito Carneiro, capitalista, morador na Rua de Santa Catarina, freguesia do Bonfim (Porto), que enviuvou de D. Rita Melvília da Rocha Leão, tendo casado segunda vez com a inventariante, D. Maria Olímpia Macambira Carneiro, efectuada por José Aniceto Pinto Monteiro, Contraste Honorário da Casa Real por Sua Majestade, avaliador oficial pela Casa da Moeda na cidade do Porto

Data: 18.07.1887

Descrição	Peso (g)	Valor (rs.)
Um par de serpentinas de figura lavradas para seis lumes contrastada no Porto	4225, a 28 rs. a grama	118\$300
Um par de ditas diferentes, com sinal particular * dita	4341, a dito	121\$548
Um par de ditas de igual feitio de prata dita	4398, a dito	123\$144
Um paliteiro de copo pé e salva lavrada de prata dita	394, a dito	11\$032
Um dito figurando Neptuno de prata dita	572, a dito	16\$016
Um tinteiro de prata dita	203, a dito	5\$684
Chávena e pires, gravado <i>guilhoxé</i> , de prata dita	211	5\$908
Um tabuleiro lavrado, gosto antigo de prata moeda	464, a 30 rs. a grama	13\$920
Uma salva grande de grade lavrada [f. 93v.] de prata dita	2779, a 28 rs. a grama	68\$812
Uma dita do mesmo feitio de prata dita	1460, a dito	40\$880
Uma dita de prata dita	1276, a dito	35\$728
Uma dita de prata dita	876, a dito	24\$528
Uma dita de grade lisa de prata dita	580, a dito	16\$240
Um açucareiro lavrado de prata dita	665, a dito	18\$620
Uma leiteira de prata dita	492, a dito	13\$776
Um bule lavrado	1236 (abatido as 2 argolas de marfim da asa), a dito	34\$608
Um pratinho e tesoura lavrado [de prata] dita	273	7\$644

Um copo e prato de prata dita	333, a dito	9\$324
Doze colheres para sopa de prata dita	580, a dito	16\$240
Doas ditas para terrina e arroz grandes de prata dita	359	10\$052 [f. 94]
Trinta e sete colheres para chá, sendo uma para açúcar de prata dita	1048 g, a 28 rs. a grama	29\$340
Um prato de pé guilhochado de prata dita	382, a dito	10\$596
Três cestas de filigrana de prata moeda	198, a 30 rs. a grama	5\$940
Um descanso de madre pérola com guarnições de prata	–	4\$500 (valor real e estimativo)
Um estojo para escritório em caixa com os pertences	–	1\$500 (valor dito)
Doze cabos para facas lisos e lavrados de cunho, regulado por a 40 g	480, a 28 rs. a grama	13\$440
Uma pena de prata dourada	11 g 5 dg, a dito	\$322
Um par de jarras de louça de cor ou vidro com o pé de prata lavrada	Peso bruto: 530 g, regulando ter líquido de prata 300 g. a dito	8\$400
Uma bolsa para dinheiro	64g e ½, a 26 rs. a grama	1\$630
Uma caixa para rapé	88, a 28 rs. a grama	2\$460
Uma dita, chamada russiana	106, a 30 rs. a grama	3\$180
Uma fosforeira dita	23, a dito	\$690 [f. 94v.]
Um talher lavrado	114 (garfo e colher, de prata) 40 (faca, regulando ter) Total: 154, a 28 rs. a grama	4\$310
Descanso de pedra e no centro um cisne, de prata	235, a dito	4\$580
	Total	1:070\$012

Fonte: A.D.P., Inventários Orfanológicos, cota: JUD-TCPR/T/Maço 168-00434, f. 93-94v.

Quadro VII

Avaliação das peças de prata de D. Amélia Tasso de Sousa, viúva de José António Ferreira de Sousa, moradores na Rua de Santa Catarina, efectuada por José Aniceto Pinto Monteiro, Contraste Honorário da Casa Real, avaliador oficial pela Casa da Moeda na cidade do Porto

Data: 19.10.1887

Descrição	Peso (g)	Valor (rs.)
Um par de castiçais lavrados marca do Porto	646, a 28 rs. a grama	18\$088
N.º 2 Um par de ditos, de prata dita	595, a dito	16\$660
Um pratinho e tesoura, de prata dita	288, a dito	8\$064
Uma salva de grade gravada dita	579, a dito	16\$212
Uma dita para copo de prata dita	253, a dito	7\$684
Uma dita figurando tabuleiro de dita	434, a dito	12\$152 [f. 89]
Um bule de prata, marcada no Porto	1100 (abatidas as 2 argolas de marfim), a 28 rs. a grama	30\$800
Uma leiteira de prata dita	565, a dito	14\$220
Um açucareiro com tampa de prata dita	632, a dito	17\$696
Cinco diferentes colheres	160, a 26 rs. a grama	4\$160
Um paliteiro de figura, prata marcada no Porto	318, a 28 rs. a grama	8\$904
Um par de serpentinhas lavradas para oito lumes	4347, a 28 rs. a grama	121\$716
Prata numa caixa		
Vinte e quatro garfos de prata marca do Porto de prata dita	1578, a dito	44\$184
Vinte e quatro colheres do mesmo feitio para sopa de prata dita	1702, a dito	47\$656
Vinte e quatro [colheres] para chá uma para açúcar escumadeira tenaz para açúcar de prata dita	732, a dito	20\$496 [f. 89v.]
Colher para sopa, dita para arroz garfo faca para peixe colher para molho, outra dita vazada, duas colheres de concha dois descansos, garfo e faca para saladas de buxo com prata	1095 (líquido, abatido o buxo; antes 1125)	29\$660
Vinte e quatro cabos para faca de prata dita, de chapa, regulado por um a 25 g	600, a dito	16\$800
Dois ditos para garfo e faca de trinchar de prata dita regulado pesar	60, a dito	1\$680
Serviço de <i>dezer</i>		
Vinte quatro garfos do mesmo feitio e prata dita	1175, a dito	32\$900
Vinte e duas colheres do mesmo feitio e prata	1022, a dito	28\$616
Vinte e quatro cabos para faca de chapa cunhadas, regulado por um a 20 g	480, a dito	13\$440
Dois quebra-nozes de prata [f. 90] dita	308, a 28 rs. a grama	8\$620
	Total	859\$428

Fonte: A.D.P., Inventários Orfanológicos, cota: JUD-TCPR/T/Maço 214-00567, f. 88v.-90.